CORRIDAS DE CAVALOS

Os primeiros registros históricos relativos a competições entre cavalos são anteriores a Cristo. As corridas de cavalos, tal como as conhecemos hoje em dia, tiveram, porém, sua origem na Inglaterra, por volta dos séculos XVI e XVII, espalhando-se daí, gradativamente, por quase todos os países do mundo, entre os quais o Brasil, onde são exploradas por sociedades civis — os Jockey Clubs — que gozam de favores especiais do poder público, a título de incentivo à criação nacional, e se encarregam da manutenção dos hipódromos e organização das corridas.

Os recursos destas entidades, vultosos como veremos adiante, provêm quase exclusivamente da arrecadação de 20% — que lhes faculta a lei — sôbre o movimento das apostas. Dos diversos centros turfísticos existentes no país, sobressaem Rio e São Paulo, com cêrca de 80% do total de apostas, vindo a seguir Pôrto Alegre, com um movimento muito inferior ao dos outros dois.

MOVIMENTO DE APOSTAS

À base de dados conhecidos para o Rio e São Paulo, estima-se que, em 1950, foram apostados em corridas de cavalos, em todo o país, mais de 2 bilhões de cruzeiros, cabendo cêrca de 850 milhões ao Hipódromo Brasileiro, 700 milhões ao Hipódromo Pinheiros (São Paulo) e os 450 milhões restantes aos demais hipódromos. Isso, sem levar em conta o movimento do "bookmaking", que atinge também somas elevadíssimas.

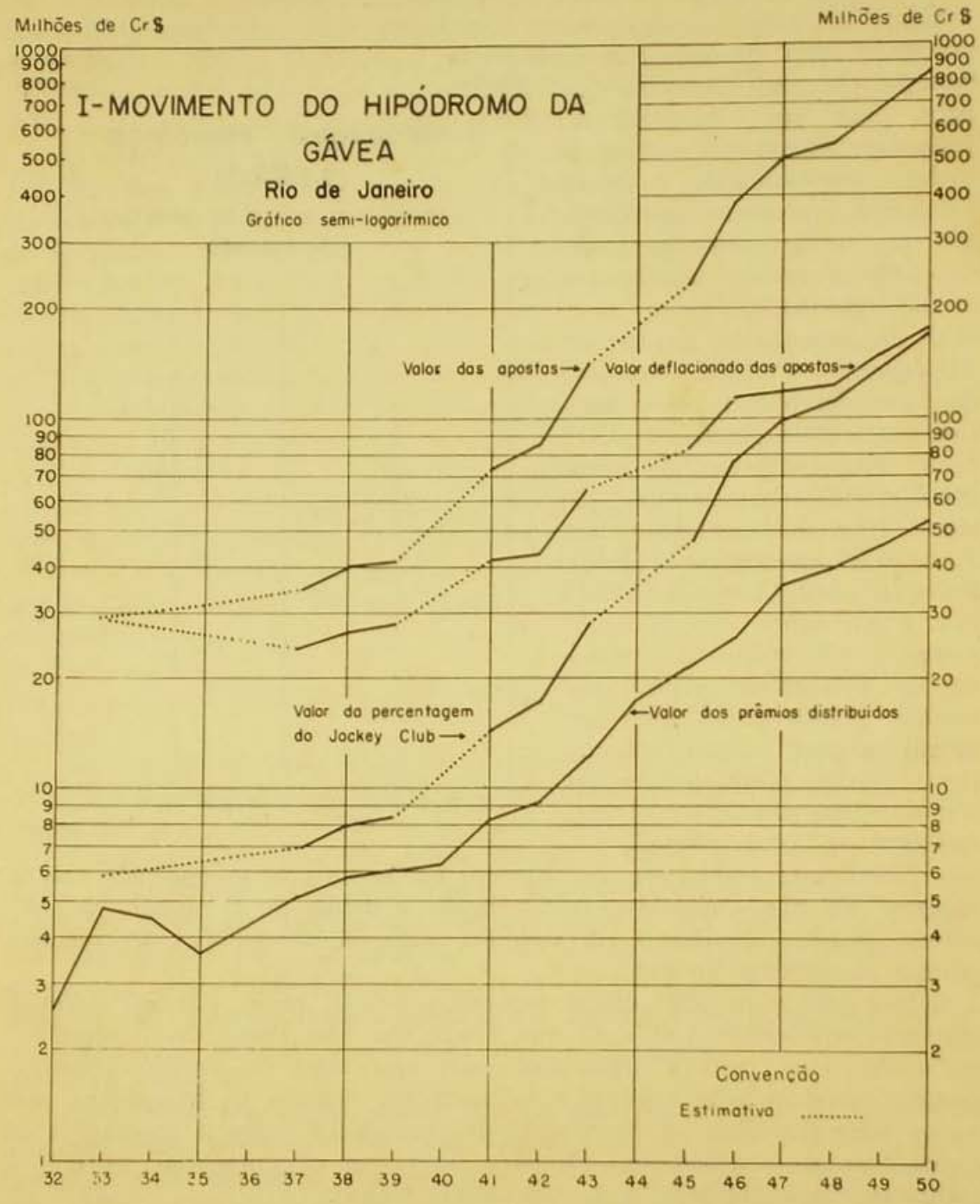
O turfe nacional vem apresentando nos últimos tempos desenvolvimento extraordinário. No Rio de Janeiro, o movimento de apostas passou de 29 milhões de cruzeiros em 1933 (Ver GRÁFICO I) a 863 milhões em 1950, o que representa um aumento de, aproximadamente, 30 vêzes. Levando em conta a desvalorização da moeda no período considerado, o acréscimo efetivo foi menor, porém ainda muito expressivo (6 vêzes). Fenômeno semelhante se observou em São Paulo.

O movimento de apostas nos Hipódromos da Gávea e Pinheiros vinha sendo mais ou menos equivalente, com pequena predominância do primeiro. Mas, a partir de fevereiro dêste ano e coincidindo com a campanha empreendida pelo govêrno paulista contra o jôgo clandestino, o o movimento de apostas em Pinheiros apresenta notável incremento (Ver GRÁFICO II), tendo pràticamente dobrado em relação ao nível anterior.

De acôrdo com a lei, só os Jockey Clubs podem receber apostas em corridas de cavalos. O negócio, porém, é tão atraente que a proibição legal não consegue impedir a existência e o desenvolvimento dos "bookmakers" — banqueiros de apostas em corridas de cavalos — que, tal como os bicheiros, agem numa clandestinidade mais ou menos ostensiva, de acôrdo com a época e as circunstâncias.

O "bookmaking" é uma indústria *sui generis,* em que as apostas são feitas, na maioria das vêzes, à base de confiança e aceitas até por telefone, para ajuste posterior. O "bookmaking" leva de um lado, grande

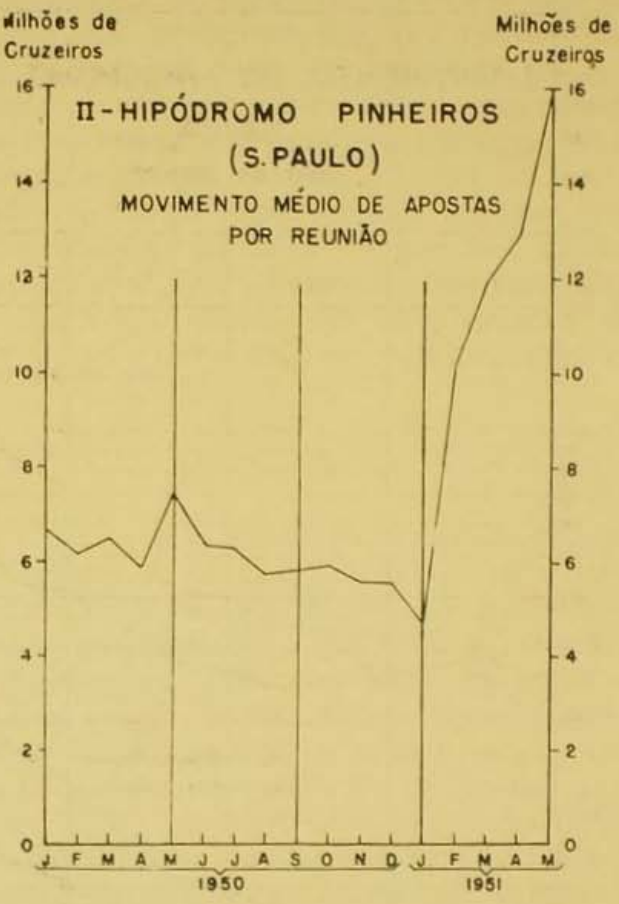
vantagem sôbre o Jockey Club pois, embora auferindo teòricamente a mesma comissão de 20%, não é obrigado como êste a distribuir prêmios aos



animais vencedores e a manter instalações e pessoal necessários à realização das corridas. Entretanto, tem que custear uma organização dispendiosa, decorrente da própria ilegalidade em que opera. Entre o "bookmaker" banqueiro e o apostador, costuma haver um ou mais intermediários, recebendo cada um sua comissão.

Devido à própria natureza clandestina do negócio, é difícil calcular o movimento das apostas que passam pelas mãos dos "bookmakers". Temos, porém, agora, numa rara oportunidade, um índice que permite avaliar a ordem de grandeza dêste movimento.

Como se sabe, o jôgo foi praticado mais ou menos abertamente em São Paulo até janeiro dêste ano. A partir de fevereiro, entretanto, as autoridades empreenderam severa campanha repressora, que resultou no fechamento das casas existentes e no desmantelamento da organização.



O movimento de apostas no Hipódromo Pinheiros mostra que a média por reunião, mantida em 1950 e janeiro de 1951 num nível compreendido entre 5 e 7 milhões de cruzeiros, passou a 10 milhões em fevereiro, 12 milhões em março e 13 milhões em abril (Ver GRÁFICO II), e que subiu, concomitantemente, o movimento de ingressos nos portões do prado. Sem dúvida, grande parte dêste aumento se deve à transferência, para o Jockey Club, das apostas que anteriormente eram efetuadas com os "bookmakers".

Verifica-se assim que, em 1950, o movimento de apostas dos "bookmakers" de São Paulo deve ter atingido a média de 6 milhões de cruzeiros em cada reunião, o que significa cêrca de 600 milhões de cruzeiros para o movimento do ano.

Isso não quer dizer que a repressão policial possa eliminar definitivamente os "bookmakers". O que houve em São Paulo foi o seguinte: o "bookmaking" estava organizado para agir mais ou menos ostensivamente. Destruída de repente a organização, ficaram os banqueiros sem meios para trabalhar. E o reinício das atividades exige a montagem de outro tipo de organização, adequada às novas circunstâncias, isto é, à completa clandestinidade, o que demanda tempo.

No Distrito Federal, os "bookmakers" têm uma organização em perfeito funcionamento e, ao que parece, realizam bom movimento. Não agem abertamente como o faziam os paulistas, mas estão preparados para as circunstâncias aqui vigentes. Por analogia com São Paulo, não seria demasiado estimar em 300 a 400 milhões de cruzeiros o movimento anual, em 1950, dos "bookmakers" cariocas. No país inteiro devem ter passado,

em 1950, pelas mãos dos "bookmakers" perto de um bilhão de cruzeiros de apostas, o que eleva a cêrca de três bilhões o movimento total de apostas em corridas de cavalos, em 1950.

Cruzaram os portões do Hipódromo da Gávea, em 1950, perto de 800 mil espectadores, que despenderam, em ingressos, cêrca de 4,6 milhões de cruzeiros. Como diversão, o turfe atrai portanto um número de espectadores muito menor que o cinema (40 000 000 em 1950), e como esporte-diversão coloca-se um pouco abaixo do futebol.

Considerando que, em 1950, se realizaram no Hipódromo da Gávea 109 reuniões, o número médio de espectadores em cada uma foi, aproximadamente, de 7 300, e o movimento médio de apostas, de 7,9 milhões de cruzeiros. Assim, cada espectador aposta, em média, quantia pouco superior a mil cruzeiros por reunião, o que não é tão excessivo como parece à primeira vista, pois cada reunião consta, em geral, de oito páreos, cabendo em média 125 cruzeiros por espectador em cada páreo, além de que quase sempre os ganhadores de cada páreo apostam no páreo seguinte.

Falando ainda em média, cada espectador que foi ao Hipódromo da Gávea em 1950 rendeu ao Jockey Club Brasileiro Cr$ 184,200, sendo Cr$ 5,90 de ingresso e Cr$ 178,300 de comissão nas apostas.

O leigo tem a impressão de que os aficionados das corridas de cavalos são apenas indivíduos de condição social e econômica elevada. Examinando porém o assunto detidamente, verifica-se pertencerem êles a tôdas as classes sociais, desde o operário de fábrica até o industrial ou o ministro.

O TURFE NA ECONOMIA NACIONAL

Pelo que acabamos de expor, conclui-se que o turfe ocupa no Brasil posição de destaque. Só o Jockey Club Brasileiro empregava, em 31 de dezembro de 1950, os serviços de 3 235 indivíduos, sendo 674 efetivos e 2 561 temporários, aos quais pagou durante o citado ano cêrca de 48 milhões de cruzeiros. Além do pessoal empregado diretamente pelo Jockey Club, existiam, em 1950, mais 883 profissionais do turfe (116 jóqueis, 120 tratadores e 647 cavalariços), que receberam daquela entidade, por conta dos proprietários de cavalos, comissões no valor de cêrca de 12 milhões de cruzeiros, fora a importância liquidada entre os proprietários e os referidos profissionais, a qual deve ter atingido, no mínimo, 10 milhões de cruzeiros.

Nessas circunstâncias, só no Rio de Janeiro, cêrca de 4 118 pessoas dedicam suas atividades ao turfe, sendo 1 557 integral e 2 561 parcialmente, recebendo, pelos seus serviços, mais 70 milhões de cruzeiros por ano (1950). Calculando-se outro tanto para S. Paulo e admitindo que os Estados restantes contribuam com 20% do total do país e que nos diversos haras espalhados pelo território nacional trabalhem cêrca de 3 000 pessoas, concluímos que perto de 13 000 indivíduos se dedicam, no Brasil, às atividades turfísticas, sendo 6 500 constantemente e os restantes de forma temporária. A importância recebida em 1950 por êste pessoal, a

título de salários, ordenados, comissões etc., deve ter sido superior a 180 milhões de cruzeiros.

Note-se que só se levou em consideração o pessoal diretamente relacionado com o turfe e que recebe seus movimentos das entidades turfísticas, dos proprietários ou dos criadores. Ainda há um sem-número de indivíduos cujo trabalho, embora indiretamente, se liga ao turfe. Entre êstes incluem-se os cronistas, os "bookmakers" etc., cujo número é difícil de ser estimado.

Calcula-se que o plantel nacional de puros-sangues de corrida ultrapassa 10 000 cabeças, sendo cêrca de 4 000 éguas reprodutoras, 3 500 animais de carreira, 800 reprodutores (garanhões) e 2 500 potros menores de 2 anos, cujo valor não deve andar longe de 1 bilhão de cruzeiros.

Os cavalos de corridas alcançam preços verdadeiramente fabulosos. No leilão realizado em outubro do ano passado para potros e potrancas de 2 anos de idade, foram vendidos 125 animais pela soma de 13 milhões de cruzeiros, o que dá o preço médio aproximado de Cr$ 106 000,00 por cabeça. Um dêles alcançou 700 mil cruzeiros, e dois outros, 300 mil, sendo freqüentes as somas acima de 150 e 200 mil.

E' claro que o preço do cavalo de corridas depende muito das suas características individuais. No Rio e em São Paulo, o preço de um cavalo carreirista sem características excepcionais oscila entre 60 e 100 mil cruzeiros. Certos cavalos atingem preços de 500 mil a um milhão de cruzeiou mesmo mais, principalmente quando se trata de reprodutores, que exigem características especiais. Semelhantes preços, à primeira vista, parecem fictícios, mas são reais, pois a criação e manutenção de cavalos de corridas, além de agradável passatempo, constituem um negócio como outro qualquer, que pode dar lucro ou prejuízo.

Embora se trate de casos mais ou menos isolados, é interessante salientar que um único animal, ainda correndo atualmente, levantou nos três últimos anos, prêmios no valor de Cr$ 3 367 000,00. Outro, retirado para a reprodução em 1949, obteve, no triênio 1947/49, prêmios cuja soma se eleva a Cr$ 3 930 000,00. Antes mesmo de ser concebido, o cavalo de corridas já vale mais do que o melhor dos mestiços. Os proprietários de bons reprodutores costumam cobrar até Cr$ 16 000,00 pela cobertura, fecunda ou não, de uma égua.

Cêrca de 1 000 animais existentes no Rio de Janeiro em 1950 levantaram prêmios no montante de mais 50 milhões de cruzeiros, o que dá a média de 50 mil por cavalo. Para todo o Brasil, estima-se que o total haja ultrapassado 120 milhões de cruzeiros.

Contam-se no país mais de 200 estabelecimentos (haras) dedicados à criação de cavalos de corridas, além da Remonta do Exército, que é utilizada pelos pequenos criadores. No Rio Grande do Sul está o maior centro de criação, seguindo-se-lhe São Paulo, que tem progredido muito últimamente, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e outros menores.

Freqüentemente, os nossos turfistas se valem da importação de puros-sangues para melhorar a criação nacional ou mesmo para corridas. Em 1950, importaram-se 1 046 cavalos no valor de Cr$ 11 800 000,00.

Dêsses, apenas 217 foram registrados no Stud Book Brasileiro, supondo-se, por conseguinte, que nem todos os animais importados se destinaram ao turfe. E' fora de dúvida que os puros-sangues de corridas contribuíram com a maior parte do valor.

Os países que nos costumam fornecer cavalos de corridas são, principalmente, Argentina, Uruguai, Inglaterra, França e, em menor escala, Itália, Estados Unidos e Irlanda. Nossa exportação de equinos é insignificante e, pelo baixo valor unitário, deduz-se que os poucos cavalos exportados não são de corridas.

CONCLUSÃO

As sociedades turfísticas brasileiras tiveram, em 1950, uma receita de mais de 400 milhões de cruzeiros, provenientes, na quase totalidade, de sua cota parte no movimento de apostas, que se elevou a mais de 2 bilhões de cruzeiros.

Esta receita foi empregada mais ou menos da seguinte forma: 120 milhões em prêmios aos proprietários e criadores, outro tanto para pagamento de salários, ordenados etc., e os restantes 160 milhões em despesas diversas como material, impostos, contribuições aos Institutos de Previdência, transferências para o fundo de reserva, provisões, novos investimentos, assistência social etc.

Segundo o relatório de 1950, o Jockey Club Brasileiro pagou de impostos Cr$ 5 376 825,90. A mesma fonte informa que, além daquelas contribuições obrigatórias a todos os empregadores, foram destinados mais Cr$ 3 352 341,70 a obras de assistência social.

Concluindo, podemos afirmar que, sem levar em conta a renda dos "bookmakers" e as despesas dos jornais e revistas, em pessoal e material, com as secções especializadas, foram gastos, em 1950, mais de 400 milhões de cruzeiros nas atividades turfísticas, o que nos dá uma idéia de sua importância na economia nacional.